



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 6.753/13 - PROFORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2168/13	DATA: 04/12/2013	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 14h56min	TÉRMINO: 16h50min	PÁGINAS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GUSTAVO ASSED FERREIRA - Presidente do Botafogo de Ribeirão Preto
GIOVANI LINKE - Diretor Regional do Paraná Clube
CELSO LUIZ DE ALMEIDA - Presidente do Esporte Clube Santo André
JOÃO FERREIRA CALDAS - Conselheiro do Clube Náutico Capibaribe
AMARO LÚCIO DA SILVA - Diretor de Projetos Especiais do Avaí de Santa Catarina.

SUMÁRIO

Debate acerca do Projeto de Lei nº 6.753, de 2013 — PROFORTE.
Apreciação e votação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Havendo número regimental, declaro aberta a terceira reunião ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.753, de 2013, do Sr. Renan Filho e outros, que *“cria o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos — PROFORTE; altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que dispõe sobre o concurso de prognóstico denominado Timemania; autoriza a Caixa Econômica Federal a executar e explorar os serviços de Loteria Federal sob a modalidade instantânea; altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; e dá outras providências”*.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da segunda reunião, realizada no dia 3 de dezembro. Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura, pois já é do conhecimento de todos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não havendo discordância, fica dispensada a discussão da ata.

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia. A Ordem do Dia de hoje prevê a realização de audiência pública, atendendo a requerimento do Deputado Vicente Candido. Foram convidados representantes dos clubes de futebol das Séries B, C e D, com o objetivo de possibilitar o amplo debate acerca da proposta de criação do Programa de Fortalecimento dos Esportes — PROFORTE.

Eu gostaria de convidar, para que pudesse fazer parte da Mesa — ainda faltam chegar os representantes de mais dois clubes —, o Sr. Giovani Linke, Diretor do Paraná Clube, do Estado do Paraná, mesmo nome. Ele representa um clube da Série B do Campeonato Brasileiro. Convido o Sr. Celso Luiz de Almeida, Presidente do Esporte Clube Santo André, de São Paulo, e convido o Sr. Gustavo Assed Ferreira, Presidente do Botafogo de Ribeirão Preto. *(Pausa.)*

Pergunto se há algum representante de algum outro clube brasileiro, diretor, presidente... *(Pausa.)* O.k. Eu queria lembrar que a reunião aqui é gravada, porque nós fazemos as gravações para posterior análise.



Nós estamos aqui, senhores convidados, discutindo os problemas principalmente dos clubes do futebol brasileiro. Volto a repetir, é um tema recorrente em toda reunião, pois nós temos no Brasil quase 800 clubes. No entanto, nós temos calendário para apenas 100 clubes brasileiros, no máximo. Nós deixamos de ter em atividade mais de 600 clubes que poderiam estar gerando mais de 25 mil empregos e poderiam estar também acrescentando ao PIB algo em torno de 27 milhões de reais por ano.

Nós temos ainda um prejuízo, que é causado pela não atividade desses clubes brasileiros, com relação à questão da formação de atletas, do chamado auxílio para a questão social do País, para encaminhar jovens na boa prática esportiva.

Então, o objetivo principal desta nossa reunião é ouvi-los, para que possamos produzir um documento final que vai se tornar uma lei. Essa lei, com certeza, vai ser um marco divisor do futebol brasileiro, que, no nosso entendimento, é e foi, no passado, um grande divulgador do Brasil para o mundo. E hoje o futebol brasileiro, com a elite muito pequena, tem insatisfações de todos os lados. Os clubes que não participam estão insatisfeitos porque não têm calendário, e os que participam estão insatisfeitos porque o calendário é apertado. Então, nós estamos aí diante de um paradoxo: ou nós temos um calendário apertado, ou nós não temos calendário.

O que nós queremos aqui, ao longo desses meses em que vamos discutir essa questão e apresentar um projeto que possa ser importante para o futebol brasileiro, é exatamente isto: ouvir os senhores, para que possam evidentemente fazer as queixas necessárias, as sugestões necessárias com relação à questão da formação, à questão da relação dos empresários com os clubes de futebol e à questão de dívidas que esses clubes apresentam hoje, que são absolutamente impossíveis de serem salgadas pelos clubes.

Eu quero consultar se os Deputados querem fazer alguma observação antes do início do nosso chamado debate ou da nossa audiência pública. *(Pausa.)* Por enquanto, é uma audiência pública com os três que se apresentaram aqui: Botafogo de Ribeirão Preto, Santo André, de São Paulo, e Paraná Clube, do Estado do Paraná.



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, eu acho que é de bom tom ouvir primeiro os convidados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado Vicente.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - ... até porque eles não têm todo tempo para ficar aqui nem toda semana disponível para vir aqui. Espero que a gente tire bom proveito das impressões, das falas, das sugestões, das críticas, que certamente nos ajudam a aprimorar esse projeto, para que o Congresso vote aquilo que for melhor para a sociedade e para o esporte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k. Eu queria convidar também o Sr. João Ferreira Caldas, do Clube Náutico Capibaribe, do nosso saudoso Estado de Pernambuco, por gentileza! Saudoso, porque lá os times todos estão morrendo. Não, o Santa Cruz agora subiu e o Esporte; aliás, é o contrário. Então, seja bem-vindo o Estado de Pernambuco. *(Risos.)*

Nós vamos ouvir, pela ordem... Vamos estabelecer um teto de 5 minutos para cada um, estendido por mais 2 minutos para cada palestrante. Acho que é razoável.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu quero sugerir um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Um pouco mais? Dez minutos?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Dez minutos, então, para cada um. Depois, nós vamos fazer um debate, e evidentemente os Deputados poderão falar na ordem de inscrição feita.

Eu quero só lembrar, mais uma vez, ao representante do Náutico que o nosso objetivo é ouvir principalmente o que vocês acham que precisa ser feito pelo futebol brasileiro, que está morrendo. O seu clube, Náutico, acaba de sofrer uma avaria grande, não só na questão do futebol, mas também na questão das finanças, porque é impossível a um clube que tem 17 milhões competir com um clube que ganha 110 milhões. Isso é o que está acontecendo com o futebol brasileiro. Então, nós queremos discutir toda essa matéria, que é muito polêmica, que é muito boa, importante e rica, para que possamos realmente chegar a um denominador.

Aqui, os Deputados participam da Comissão, mas, além disso, vocês vão falar ao microfone, porque isso fica gravado. O Relator, que é o Deputado Otavio Leite e



que neste momento está presidindo outra Comissão, vem para cá em breve. Mas aqui todos serão Sub-relatores nas áreas específicas já determinadas.

Então, eu quero passar a palavra, primeiro, ao Sr. Gustavo Assed Ferreira, que representa o Botafogo de Ribeirão Preto. V.Sa. tem a palavra por 10 minutos.

O SR. GUSTAVO ASSED FERREIRA - Boa tarde a todos!

Sr. Presidente, em nome de quem eu cumprimento a Mesa, Srs. Deputados, a situação do futebol brasileiro hoje é uma situação de transição, nós sabemos. O futebol brasileiro passa por um momento de consolidação do seu calendário. Há algumas dúvidas ainda, como nós todos temos, sobre a fórmula adotada, que é uma fórmula que, de fato, deixa a Série A e a Série B muito estreitas, com 20 clubes em um país de dimensões continentais, deixa a Série C também muito curta, com 20 clubes apenas, e deixa a base da pirâmide com 80 clubes para representar todos os clubes que estão fora do futebol brasileiro.

Esse é um problema que nós sabemos é real dentro de um País de dimensões continentais. Você contempla, nas 4 divisões do Campeonato Brasileiro, apenas 140 clubes. Isso antes; hoje, menos até, porque hoje são 40 na Série D, então, 100 clubes: 20, 20, 20 e 40, então, 100 clubes. Isso faz com que os clubes do interior de São Paulo, muitos clubes do interior de São Paulo, fiquem sem calendário o segundo semestre inteiro.

Só para V.Exas. terem uma ideia, na Série A1 do Campeonato Paulista, de que fazemos parte, nós temos 10 clubes sem calendário. Como é que você mantém a estrutura do seu clube se você precisa contratar um time para o Campeonato Paulista, desmontar o time, se você não chegar à Série D, para disputar a Copa Paulista, que acaba sendo um campeonato que, no final, você disputa com a sua base? Então, são problemas que a gente tem.

Por outro lado, as soluções também têm que ser encontradas internamente pelos clubes. Aí entra o projeto de lei ora proposto. Esse projeto de lei, na prática, pode, por um lado, redimir a situação financeira fiscal dos clubes, inclusive dos nossos do interior de São Paulo, e, por outro lado, dar aos clubes uma responsabilidade e uma obrigação que, dentro do esporte brasileiro, muito fazem parte desses clubes, que é a responsabilidade de formar as categorias do esporte olímpico brasileiro. E isso é muito importante.



Diferentemente de outros países, como, por exemplo, os Estados Unidos, onde a escola forma o atleta tanto de futebol quanto de vôlei, de outros esportes coletivos e de esportes individuais, aqui no Brasil a escola e a universidade não formam o atleta, quem forma o atleta é o clube, em sua maioria. A Prefeitura também, mas normalmente é o clube, como o Clube Pinheiros, a Hebraica, o Paulistano, lá na nossa capital, São Paulo, a Recreativa, lá em Ribeirão Preto, os clubes de futebol. Eles são, sim, os responsáveis por receber o garoto de 11 anos, 12 anos, 13 anos, e fazer com que esse garoto possa se desenvolver e se transformar num atleta de elite.

A realidade é que, para que a gente possa responsabilizar e trazer um pouco mais os clubes de futebol, que têm sua situação financeira já combalida — como essa questão de calendário, que eu acabei de falar aqui —, para dentro dessa lógica, nós temos que fazer um caminho de volta. E eu vejo nesse projeto de lei, senhores, o início de um caminho de volta, que é árduo, mas que tem que começar em algum momento, para, de um lado, dar responsabilidade aos clubes pela formação do atleta olímpico brasileiro e fazer com que esses clubes, ao passo que assumem essa responsabilidade, assumem também algo que, na Alemanha, é consolidado e é, de fato, a fórmula do sucesso do futebol alemão, e assumem também a responsabilidade fiscal pelas suas contas em geral. Não é possível continuar com a situação posta no futebol brasileiro, em que um Presidente sai do clube e deixa para o Presidente subsequente todo um lastro de dívidas. Não há como administrar organização econômica alguma dentro dessas circunstâncias!

Há 1 ano e meio, eu assumi o Botafogo e, da forma como o assumi, eu não posso reclamar do Presidente anterior, porque de fato ele assumiu dívidas do anterior a ele, e assim sucessivamente. Na verdade, você cria uma irresponsabilidade fiscal, você não tem obrigação nenhuma. Como você pega um rastro de dívidas, você simplesmente diz: *“Eu estou fazendo o que posso”*. Quando você administra uma organização econômica fazendo o que você pode, em 90% das vezes, você vai errar.

O início de um processo de seriedade, de melhora real na gestão do futebol brasileiro, passa pelo sucesso desse projeto de lei. Eu acho que o principal aqui é discutir isto: como, de fato, rever a Timemania? A Timemania foi uma grande ideia,



que veio cheia de boas intenções, mas, como produto — ela é um produto, loteria é um produto —, ela não vingou como vingou a Mega-Sena. A verdade é essa. Nós temos que ter uma Timemania atrativa para que essa Timemania atrativa possa fazer valer esse projeto de lei.

Esse Projeto de Lei, transformado em lei e tendo sucesso, não é a solução do esporte olímpico brasileiro. É claro que não. Mas ele é um caminho para a solução do esporte olímpico brasileiro. Lembrem-se: enquanto nós tentarmos montar equipes olímpicas a partir do topo da pirâmide, enquanto precisarmos investir maciçamente dinheiro de empresa pública, dinheiro de sociedade de economia mista, para formar atleta de elite pinçado em meia dúzia de clubes de elite, de ponta, do Brasil centrados no Rio de Janeiro e em São Paulo, nós não seremos competitivos em termos olímpicos. Mais do que isso, ser competitivo em termos olímpicos só funciona se o esporte for levado à periferia das cidades. Se o esporte não chega à periferia das cidades, não adianta medalha de ouro. Se o esporte não muda vidas, de nada adianta medalha de ouro. A medalha de ouro é a ponta do *iceberg*, ela cumpre o seu papel quando, na periferia das grandes cidades brasileiras, nos rincões dos interiores do Nordeste brasileiro, do Vale do Ribeira, da Campanha Gaúcha, o esporte chega, a oportunidade chega. O esporte é um maximizador de oportunidades. Ele expressa a liberdade das pessoas de terem escolha na vida. Às vezes, a pessoa nem tem um grande dom, mas, se é um atleta do atletismo na adolescência, se é um atleta do basquete na adolescência, forma, às vezes, uma oportunidade de vida.

É esse o caminho a que esse Projeto de Lei, que começa aqui, transformado em lei e de fato bem implementado, pode nos conduzir. E, nesse sentido, eu acredito que, para isso, em primeiro lugar, este debate é profícuo; em segundo lugar, que os clubes aderentes a esse programa de fato implementem projetos olímpicos e assumam a sua responsabilidade como formador de atletas no Brasil, não só de futebol; e, em terceiro lugar, que a Timemania seja um produto mais convidativo, um produto que o brasileiro compre, que a Timemania consiga um pouco mais ombrear com a Mega-Sena, com a Loteria Esportiva mesmo, coisa que ela não conseguiu num primeiro momento.



Por fim, aí nesses últimos 2 minutos e meio, falando do Botafogo, nós o assumimos há 1 ano e meio. O Botafogo é um clube do interior de São Paulo que tem uma torcida muito grande, tem a quinta ou sexta torcida do Estado, apesar de estar nas divisões menores do futebol brasileiro. Em que pese esteja na primeira divisão do Campeonato Paulista, está há alguns anos na última divisão do brasileiro, e dela não consegue sair.

Nós pegamos o Botafogo com um quadro quase de insolvência civil. Reestruturamos o clube, conseguimos pagar dívidas. Com o Plano Diretor da cidade, valorizamos o terreno anexo ao nosso estádio, um patrimônio do clube. Hoje a nossa área é verticalizável, e por isso o clube voltou a ter um patrimônio líquido. Negociamos com nossos principais credores, inclusive o maior deles, ou o mais sério, numa aventura de parceria, de gestão que nós tivemos e que malogrou, infelizmente, no final da década de 90. Conseguimos negociar isso, e hoje o clube voltou a ser solvente. Ainda tem problemas graves de curto e de médio prazos, seríssimos, e o maior deles, na verdade, é a questão fiscal.

Para o Botafogo, esse projeto de lei significa sobrevivência. Para ele, Botafogo, significa um recomeço, um recomeço importante. O Botafogo vem fazendo a sua parte. Nós somos clubes formadores de atletas, com certificado A da CBF. Nossos atletas da base, quando assumimos o clube há 1 ano e meio, dormiam embaixo da arquibancada do estádio, próximo a uma janela que dava para um corredor, e o corredor para a área externa do clube. Eram seis, sete, oito, para dois beliches, três, quatro, cinco beliches, em condições que, de longe, eram as melhores.

Comodatamos um centro de treinamento. Nossa base toda hoje fica dentro desse centro de treinamento, próximo à cidade. Há ar condicionado nos quartos, porque Ribeirão Preto é quase a sucursal do inferno na Terra, é muito quente. Desculpem a piada, mas é real, é uma cidade muito quente. Ar condicionado nos quartos, pedagoga, assistente social, enfermeira, dois médicos, há toda uma estrutura montada para receber o atleta; atleta com boletim escolar em dia, com a família bem assistida por uma assistente social com 8 horas.

Isso que nós fizemos não é nem um pouco algo de que nós devemos nos louvar. Essa é a nossa obrigação, obrigação para com Ribeirão Preto, obrigação



para com a região de Ribeirão Preto e obrigação para com o pai de família que deixa o seu filho viver num clube de futebol em 2013, no momento principal da sua vida, que é a adolescência.

Eu peço aqui, senhores, que este debate seja profícuo e que, ao cabo dele, nós possamos trazer contribuições para esse Projeto de Lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Agradeço ao Gustavo Assed, Presidente do Botafogo de Ribeirão Preto. A contribuição dele será, com certeza, importante. Quero lhe dizer, Gustavo, que não se encerra aqui hoje a sua participação. Logo, logo vamos convocar uma Comissão Geral, num auditório maior, com a participação de todos os clubes do Brasil. Então, V.Sa. está apenas começando a sua participação aqui nesta Comissão.

Registro a presença do Sr. Amaro Lúcio da Silva, Diretor de Projetos Especiais do Avaí, de Santa Catarina.

Passo a palavra ao Giovani Linke, Diretor Regional do Paraná Clube, representando aqui a segunda divisão do futebol brasileiro.

O SR. GIOVANI LINKE - Primeiramente, boa tarde a todos, boa tarde aos componentes da Mesa e aos demais que estão nos ouvindo neste momento.

Eu faço das minhas palavras também o que foi ressaltado pelo Presidente do Botafogo. A dificuldade de fazer futebol e de fazer esporte neste País hoje é enorme.

Eu estou aqui representando o Rubens Bohlen, Presidente do Paraná Clube. O Paraná Clube não é simplesmente um clube de futebol; é uma instituição esportiva, sociorrecreativa e cultural, que promove inclusão social, promove eventos, promove esportes que, muitas vezes, não aparecem tanto na mídia. A gente tem programas de atletismo, programas de natação, programas de vôlei, handebol, futsal e outros esportes, mas, muitas vezes, é extremamente difícil conseguir recursos para manter esses esportes em nível aceitável.

O Projeto de Lei que está sendo discutido aqui hoje é extremamente importante porque ele dá sobrevida aos clubes em geral, não somente aos de futebol, mas aos que produzem atletas para o Brasil. A gente sabe da dificuldade que o Brasil teve nas últimas Olimpíadas em produzir atletas de primeiro nível. A gente acompanha os programas de incentivo que os governos de outros países, que



têm atletas de elite, costumam fazer, e a gente não tem como comparar com o investimento feito no Brasil, onde o esporte não é tratado com a devida prioridade.

O esporte gera inclusão social, gera emprego, gera cidadania, tira pessoas do crime, tira pessoas das drogas. Logo, a gente precisa ter muita consciência na hora de avaliar um projeto como esse, e levar em consideração que é muito mais profundo do que simplesmente discutir a situação de 20, 40, 80, 100 clubes de futebol. Nós estamos mexendo com uma estrutura que pode revolucionar a sociedade, se for bem aproveitada.

O projeto, como eu estava falando, é algo que nós vemos com bons olhos. Desses 800 clubes do Brasil, o Paraná está entre o 21º e o 40º clube. Hoje, nós estamos na Série B, na segunda divisão do futebol brasileiro. Já sentimos dificuldades porque não temos a mesma condição financeira, como os clubes de elite com orçamentos de 40, 60, 80, 100 milhões de reais, às vezes muito mais do que isso. Imaginem os demais clubes. Se o Paraná, há 6 anos na Série B, lutando para subir para a Série A, para ter uma condição financeira melhor, está assim, imaginem os clubes da Série C e os da Série D, que nem calendário têm?!

Muitos clubes no Estado do Paraná não têm calendário. Eles possuem um calendário de 3 meses. Realizam suas atividades por 3 meses e depois, nos 9 meses restantes do ano, interrompem suas atividades, sendo que há estrutura preparada para aquilo. Funcionários poderiam gerenciar o clube, poderiam oferecer uma prestação de serviço, um esporte, promover o uso de um esporte pela sociedade em geral com a estrutura desse clube, mas ela fica sucateada, fica parada.

Não é simplesmente clube de futebol, nós temos que pensar na promoção do esporte e no desenvolvimento da sociedade brasileira, o esporte como agente incentivador para melhorar a nossa sociedade.

Para complementar, a gente, lá no Sul, também encontra muita dificuldade em relação a determinadas situações que surgem, a alguns empecilhos que a Confederação Brasileira de Futebol acaba cometendo para concentrar a riqueza entre os grandes, entre os clubes da elite. É uma grande dificuldade, não é só o Paraná que passa por isso, porque o Paraná hoje, apesar de ser um clube de futebol, também tem outros esportes, sente essa dificuldade.



Hoje nós fazemos futebol com um orçamento de 18 milhões por ano, e sentimos dificuldades. Imaginem um clube que faz futebol com 200 mil, 500 mil, 1 milhão e meio? E nós temos que manter toda uma estrutura, temos que manter uma estrutura com quadras esportivas, ginásios, piscinas, várias sedes. Há associados, mas é deficitário. É preciso revisar esse modelo, revitalizar esse modelo. Se as forças políticas, se as forças governamentais que possuem a caneta, que possuem o poder da ação não tomarem uma providência, a tendência é a de que mais e mais clubes desapareçam.

Ano passado, houve licenciamento de alguns clubes, alguns clubes que um dia brilharam e que hoje estão desaparecendo. No interior do Paraná, temos alguns exemplos de clubes que estão passando por dificuldades. Na região do oeste do Estado, há clubes tradicionais. Havia um chamado Matsubara, de uma cidadezinha chamada Cambará, que promovia todo o desenvolvimento sustentável daquela cidade. Faliu, não conseguiu se manter, não conseguiu se sustentar. Outro, o União Bandeirante, de uma cidadezinha no interior, Bandeirantes, no Paraná, que também acabou fechando as portas porque não teve como se manter, justamente pelas dificuldades de calendário, pelas dificuldades de incentivo financeiro, pelas dificuldades de conseguir financiamento, de conseguir sobreviver, de conseguir sentar à mesa com aqueles que têm o poder de decisão. Mas eles não são ouvidos, não têm os seus apelos ouvidos.

Então, eu estou aqui não só em nome do Paraná Clube, mas também em nome desses clubes que compõem a grande massa de clubes do futebol brasileiro, que clamam por ajuda, por uma nova avaliação, para que a gente possa fazer do esporte realmente um agente desenvolvedor, um agente que sirva para a promoção da sociedade brasileira como um todo.

Como dissemos no começo, o esporte tira pessoas da rua, tira pessoas do crime, tira pessoas das drogas, mas ele não está sendo levado tão a sério como deveria no Brasil. Muita coisa precisa ser revista. Esse projeto de lei pode ser um pontapé inicial. Nós estamos muito esperançosos em relação ao avanço desse projeto. Temos muito interesse em acompanhar de perto esse projeto e temos muita expectativa, realmente, para que isso revolucione a forma de se fazer futebol, a forma de se fazer esporte no Brasil.



Então, melhoramos a sociedade e podemos virar uma potência olímpica. Nós temos dimensões continentais, temos inúmeros talentos em diversos esportes. Na ginástica, na natação, no atletismo, temos diversos atletas que poderiam brilhar, poderiam mostrar mais. Muitas vezes esses atletas sentem dificuldades, não têm dinheiro para pegar um ônibus para fazer um treinamento, esse tipo de coisa.

Então, só para concluir, agradeço pela oportunidade. Gostaria muito que os senhores considerassem seriamente essa proposta e avaliassem a questão do desenvolvimento nacional. Vamos torcer para que tudo saia certo e que possamos revolucionar a forma de fazer esporte no Brasil, não somente o futebol, mas o esporte como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Agradeço ao Giovani Linke, Diretor do Paraná Clube, do rico Estado do Paraná.

Com a palavra Celso Luiz de Almeida, Presidente do Esporte Clube Santo André.

O SR. CELSO LUIZ DE ALMEIDA - Boa tarde a todos, boa tarde, Deputados na Casa! É com prazer e satisfação que nós estamos aqui participando desta audiência pública até para discutirmos um pouco a vida do esporte e do futebol do Brasil.

O Gustavo e o Giovani foram felizes nas palavras, mas eu queria enveredar por outro caminho, para que a gente pudesse entender um pouco das coisas também.

O Esporte Clube Santo André foi campeão da Copa do Brasil, um feito maravilhoso, mas ali começaram os nossos problemas, porque nós resolvemos fazer um trabalho de base fortíssimo e, de repente, uma das coisas que o Deputado disse e que também tem que ser discutida, em um determinado momento, surgiram os empresários, embora já tivéssemos a Lei Pelé. O que aconteceu? Os empresários resolveram bater dentro do Santo André e levarem as suas estrelas ou, de alguma forma, dificultarem transações.

Então, na minha avaliação, uma das coisas que também levaram os clubes a esse tipo de falência... Aqui eu não vou discutir a administração do Presidente do clube, se ele foi coerente, se foi incoerente, se foi bom administrador ou não, mas os clubes, em determinado momento, não se prepararam juridicamente para tratar com



esse tipo de coisa. Aí começou a aparecer — ainda bem que mudou — a cláusula penal, a parte trabalhista. Na verdade, clubes começaram a ter, toda hora, problemas na Justiça do Trabalho, que também não estava preparada para decidir sobre isso. Então, atletas chegaram a pegar, inclusive um treinador, 40 milhões de um clube. Aconteceu isso com o Guarani, de Campinas. No Botafogo — eu estava conversando com o Gustavo —, o Acleisson, se não me engano, ganhou mais de 20 milhões na Justiça, o que é um absurdo. Como um clube como Botafogo poderia pagar 20 milhões em uma cláusula penal que um juiz deu? Alguns juízes tiveram a sensibilidade, em São Paulo, eu posso falar — aconteceu isso em Ribeirão Preto, com o Botafogo —, e no sul, parece que houve, de fazer um condomínio de ações. Mas para fazer isso precisa haver vontade do Judiciário: fazer um condomínio e administrar esse tipo de condomínio de atletas, colocar todos que têm ações trabalhistas, que criaram um monte de problema para os clubes... E os clubes, de repente, não tinham dinheiro nem para pagar a folha de pagamento.

Aí está o Guarani, em situação difícil em São Paulo, que não tinha como pagar sua folha. Toda hora havia uma penhora, porque um juiz dava a penhora. Estava lá, achava que o atleta estava certo, que o profissional estava certo. Se o clube assinou aquilo lá, e as leis estavam do lado dele, ele teve que recorrer. Um juiz de São Paulo fez em Ribeirão Preto, fez em Campinas e fez em Jundiaí. Um dos juízes se chama Saint-Clair, um jovem juiz que resolver assumir isso para não haver insolvência dos clubes nas comarcas onde ele foi juiz. Na verdade, ele criou... A primeira coisa que ele fazia era pegar aqueles que tinham dívidas menores e pagava. Ele chegava para o clube e falava: *“Quanto você tem? Quanto você pode dar para a Justiça?”* *“Tanto.”* Aí ele começava a pagar as ações, primeiro os atletas; depois ia ao INSS, porque o INSS também cobra, nos processos trabalhistas, a parte dele; depois vinham as custas, por último; ele as deixava por último. Então, isso veio também agravar a situação dos clubes. A maioria dos clubes passou por isso.

Hoje, a cláusula penal não existe mais. Eu mesmo tive o caso de um jogador, o Nunes, cujo processo eu tive que ganhar aqui em Brasília, num tribunal superior aqui, para demonstrar que não era devida aquela cláusula penal. Isso também levou o clube a essa situação. Daí a importância desse projeto tentando recuperar o



futebol, para que também os dirigentes tenham responsabilidade pelo que fazem. Nós queremos responsabilidade, mas queremos também ter condições de poder cumprir os nossos compromissos.

Eu, como Presidente hoje, independentemente daquilo... De vez em quando, eu ligo para o Deputado Vicente para saber como está o projeto. Eu entrei lá com os meus parcelamentos e estou pedindo os meus parcelamentos também, mas é inviável pagar. Há parcelamentos que podem ser feitos em 100 meses, outros, em 60 meses. Como fazer um clube que hoje vai disputar a A2, que está montando um time, que chegou lá em cima e hoje está pagando um custo alto? Está disputando a A2, cujo campeonato começa em 26 de janeiro e termina em 13 de abril, por causa da Copa do Mundo. Depois, nós teremos que esperar o segundo semestre para começar a disputar a Copa Paulista e nos preparar para o próximo Paulista; para a série D nacional, eu vou ter que subir para a Série A1 paulista. Eu vou ter que ser melhor que os dois primeiros classificados para o Campeonato Paulista, Série A2, para disputar a Série D, porque eu caí da A para a B, da B para a C e da C para a D, porque, também, eu resolvi no passado, por problemas financeiros, ter parceiros para tocar o futebol.

O futebol voltou para o clube, e, então, nós estamos remanejando tudo e estamos cumprindo todos os nossos compromissos e pagando a folha em dia. Esta é uma obrigação, porque quem trabalha tem que receber, e a gente procura fazer isso. Mas se formos assumir também tudo que temos que pagar, nós não conseguiremos. Daí a importância desse projeto aqui que está sendo apresentado para os Deputados. Nós temos urgência, como time de futebol, e eu falo de um time pequeno, com muita tradição e com torcida também na região do ABC, mas nós temos pressa também. Nós temos que discutir, mas temos pressa.

Quanto aos atletas, para terem formação olímpica... As prefeituras não têm mais condições hoje de formar atleta. A Prefeitura de Santo André, quando foi forte no esporte, tinha a Pirelli, que bancava a maioria das modalidades. A Prefeitura dava a logística, e a Pirelli bancava os atletas. Só que também os atletas, apesar de serem amadores — por isso é importante esta discussão —, foram processar a Pirelli, que dava o ganha-pão e fomentava o esporte. No voleibol, houve de Atlântica Boavista e Pirelli? Quantos de nós assistimos a partidas memoráveis de voleibol, do



próprio boxe, do basquete? Tudo isso acabou, porque a regulamentação também passa por aí.

O Gustavo falou da certificação. Nós estamos preparando também a certificação para que não corramos o risco de perder atletas. O último que foi vendido, e a gente não ganhou quase nada, vocês estão vendo ele jogar, um dos melhores jogadores do Campeonato Brasileiro, da safra do Santo André, foi o Ricardo Goulart, como houve o Richarlyson, o Alex Bruno, que está no Paraná Clube. Aí vemos o Maikon Leite, o Antônio Flávio, o Junior Dutra, o próprio Pará e muitos outros que estão brilhando no futebol e que passaram pelo Santo André. Eu tenho que refazer, tenho que tecer esse certificado para que também, em momento adequado, se discuta esse problema dos empresários, dos atravessadores do futebol.

É um problema sério que começa por aqui, porque, na verdade, quando você tem 100% dos jogadores, chega um empresário e diz: *“Olha, eu também quero uma parte disso aqui”*. Aí ele vem discutir o contrato e você não tem como renovar. Você perde, porque, 6 meses antes, ele, o atleta, faz jus a assinar um pré-contrato com qualquer clube e vai embora. Então, não é fácil. Eu acho que deveria haver aqui, com todo respeito, mais clubes da Série B, porque tem clubes grandes na Série B, times de massa, também com problemas sérios. Depois vão reclamar e dizer: *“Eu não fui contemplado com isso ou com aquilo. Eu não participei da discussão”*. E essa discussão é importante, porque, se não houver um projeto desses para nós, e eu estou falando pelo Santo André, para que possamos pagar essa dívida... Eu quero pagar.

Eu tenho auditoria independente, como o Botafogo também tem, auditoria internacional, porque eu a apresento para o meu Conselho, porque eu não tenho nada para esconder. Estão lá as minhas contas, eu as apresento e as publico. A nossa Federação exige que mandemos também o nosso balanço na data certa; perigo também, se não pagarmos o salário na Série A2 hoje, de ser suspensos. Eu, pelo menos, cumpro esse compromisso e acho que todos os clubes de São Paulo, com toda dificuldade, estão procurando cumprir com isso.

Então, eu gostaria que houvesse bastante empenho e discussão da parte de V.Exas. para conseguir isso.



Outra coisa que não trouxeram aqui ainda, mas vão trazer: Banco Central. Muitos clubes foram multados pelo Banco Central. Na verdade, não por terem feito falcatruas ou lavagem de dinheiro, mas por falta de informação correta. Aí o Banco Central não lhe processa, mas cobra 100% de multa, cobra 100% para um clube, 50% para outro, 20% para outro. Daqui a pouco, muito clube vai bater aqui. É um problema sério, porque se multa... Esse assunto fica numa Comissão do Banco Central 10 anos para ser avaliado. Depois de 10 anos, eles vêm, aplicam a multa e a mandam para a Justiça Federal cobrar, e você tem que correr atrás. Você não tem como provar que houve decadência, ou qualquer coisa, porque o processo começou há 10 anos. A sua defesa... Na verdade, há um mecanismo na lei que vai te pegar.

Então, é uma coisa muito séria que daqui a pouco também virá aqui, vão pedir a ajuda dos Deputados para ver como resolver esse problema, porque as multas geralmente... Você recebe o dinheiro em dólar, cobra em dólar e dá 100%, 50%, 40%. Então, é uma coisa importante. Se nós estamos querendo recuperar os clubes... É uma coisa que estou colocando aqui para vocês terem ideia de como funciona e o nosso sofrimento.

Eu estava falando disso com o Deputado Vicente Candido. Quando você precisa de alguma coisa da Receita Federal, é complicado. Quando você vai à sua cidade e quer saber... Outra coisa: a orientação, quando saiu a Timemania, para se cadastrar e conseguir entrar na Timemania, a dificuldade foi muito grande. Na verdade, apronta-se uma lei algumas vezes, mas não se sabe como fazer o mecanismo disso. Esta é a realidade também lá embaixo, o que os clubes sentem, porque você tem que trabalhar e desenvolver o projeto e entender o que você está fazendo. Há mais um detalhe: quanto à Timemania, como se falou, nós achávamos que ia ajudar a pagar a nossa dívida. Recebe-se todo mês para pagar o complemento desse dinheiro. Se levantar o seu extrato de Timemania, vai ver que não adiantou nada, porque está devendo a mesma coisa, ou se não está devendo mais. Então, se nesses 240 meses essa lei não estancar e não acabar essa dívida de alguma forma, não vai adiantar nada, nós vamos continuar na mesma. Nós temos que ter responsabilidade. Eu estou aqui também como dirigente e eu acho que a nossa responsabilidade é importante. Se nós vamos fazer uma troca, nós temos que ter responsabilidade, não só eu, como também todos os dirigentes do Brasil. E os



clubes têm que ter um calendário diferenciado também, porque nós não podemos jogar 3, 4, 5 meses. Está certo?

Outro dia a *Rádio Bandeirantes* me ligou porque queria me entrevistar. Só para terminar, perguntou o que eu acho do Bom Senso? Eu acho o Bom Senso bom para a Série A e para a Série B. Para nós, aqui embaixo, não têm nada disso. Nossos jogadores ganham pouco. Para quem ganha salários altos, tudo bem, está brigando por si. Quem vai brigar por nós? Quem vai nos ouvir?

Então, eu vou terminar — já deu aqui, falei demais. Muito obrigado pela oportunidade. O que vocês precisarem, eu estarei à disposição, porque eu quero um futebol melhor, competitivo e responsável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Obrigado, Presidente do Santo André.

Passamos a palavra ao Sr. João Ferreira Caldas, Conselheiro do Náutico Capibaribe. Na próxima reunião, vou pedir para escrever tudo deste tamanho para não ter que usar óculos.

O SR. JOÃO FERREIRA CALDAS - Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Só um pouquinho. O Deputado Deley deveria estar aqui para ouvir isto: poderia vir aqui o Fluminense para falar pelas Séries C, B e A, não é?

O SR. JOÃO FERREIRA CALDAS - Boa tarde a todos e a todas!

Deputado Jovair, eu estou muito feliz de ver nesta Comissão duas coisas importantíssimas que estão acontecendo no futebol brasileiro, no nosso esporte carro-chefe, o futebol.

O Náutico é um clube centenário, tem 112 anos. Começou lá com o esporte predileto do século passado, o remo; depois, com a chegada dos ingleses a Pernambuco, que trouxeram o esporte bretão, o futebol.

Nós, conselheiros atuantes do Clube Náutico Capibaribe, assinamos embaixo, aprovamos — é urgente — os discursos dos Presidentes do Santo André, do Botafogo, do Paraná e do representante do Avaí.

Mas eu queria chamar atenção, Deputado e demais membros desta Comissão, para dois fatos abordados aqui; um deles é a verba de televisão, um crime que se comete contra o futebol brasileiro.



Desde o famigerado Clube dos 13, em 1987 — e me corrija alguém aí —, começou o *apartheid* no futebol brasileiro. Times tradicionais do Norte e do Nordeste acabaram: Remo, Paysandu... Nós, que estávamos na Série A e vamos para a B, estamos solidários com os que estão lá, com o Botafogo de Ribeirão Preto. Acabou o Paysandu, acabou o Remo. Acabaram os times do Ceará. Acabaram os times do Maranhão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Do Amazonas.

O SR. JOÃO FERREIRA CALDAS - Do Amazonas. Lembrou bem, Deputado.

No Nordeste, são duas ilhas isoladas, perdoem-me falar assim, Pernambuco e Bahia. E a Globo está empurrando os times do Sul e do Sudeste para que se mantenham na elite do futebol brasileiro.

O Náutico e os times de Santa Catarina fazem tudo para se manter na Série A. Não conseguem passar mais de 2, 3 anos, porque não têm recursos suficientes. Recebeu 20 milhões agora. Times que estão na Série B, como Sport, nosso rival, estão recebendo 27 milhões.

Então, só para vocês terem uma ideia dessa lógica e para ser objetivo: o Náutico perdeu seu principal artilheiro, Kieza, para os chineses. Fomos atrás do Elton, do Corinthians, mas estava no Vitória, da Bahia. Perdemos para os árabes. E não tivemos mais recursos para recompor o elenco.

O Goiás, da sua terra, Deputado, tem três centroavantes: Walter; Neto Baiano, cedido para o Sport quando o Vitória confirmou que ia ficar na Série A; e Araújo, que já jogou lá com a gente. O Náutico não tem nenhum; além do Júnior Viçosa.

São estas situações que a gente precisa ver com bons olhos, porque a CBF não quer saber do futebol. O negócio da CBF é a Seleção. Quem manda no futebol brasileiro é a Rede Globo de Televisão. A Rede Globo de Televisão é a CBF. É ela quem faz os horários e os calendários. É ela quem faz isso.

Precisa o torcedor que gosta de futebol ser politizado e esclarecido com relação a isso, porque estão terminando as gerações que diziam: “*Eu vou torcer pelo Vasco*”, “*Vou torcer pelo Palmeiras*”, “*Vou torcer pelo Corinthians*”, “*Vou torcer pelo Flamengo*”. O Náutico tem 1 milhão e 500 mil torcedores. Como diz um apaixonado,



nós somos uma nação de fanáticos pelo Náutico. Agora, com essa diferença de recursos, nós não vamos conseguir!

Ninguém vai encobrir aqui as más gestões — que acontecem, a gente sabe —, contratações equivocadíssimas. Esse tipo de coisa tem que ter e tem chamar... Como disse o Presidente do Botafogo, tem que copiar a liga alemã, copiar a liga inglesa, fazer uma meritocracia, um *ranking*, porque a coisa não fica às claras. Como vocês viram, no jogo entre Cruzeiro e Vasco, o cara pedindo, para não cair: “Faz logo o gol! Faz logo o segundo gol”.

Se a meritocracia fosse implantada de uma forma correta, não seria demérito ir para a Série B, porque “*Eu tenho recurso*”. Na Série A, 50% seriam pelo *ranking* da meritocracia, e os outros 50% seriam quem estivesse na Série A. Seria uma coisa mais justa. Tem que se fazer isso. Esse é um foco, e precisamos ter isso.

Se os Srs. Parlamentares, os Srs. Deputados, representantes do povo brasileiro — todos nós gostamos do futebol — não discutirem isso, não chamarem os representantes da CBF e da própria Rede Globo de Televisão para ter coisas deste tipo, nós vamos estar aniquilados, vamos acabar no Nordeste, não vamos suportar isso.

O outro fato que eu quero aqui também enaltecer, em um discurso que fez o Presidente do Santo André, é com relação à Lei Pelé. Pelé, um craque, todo mundo sabe, emprestou seu nome para essa lei. Em outras palavras, o jogador de futebol ficou escravo do empresário, o intermediário.

Essa é uma lei, Deputado, que precisa ser revista, porque não dá. Em um centro de treinamento de qualquer clube desses, quando o menino desponta, com 14, 15 anos, já tem um cara lá com uma procuração assinada pelos pais. Está preso.

Então, onde vamos parar? A Lei Pelé é outra lei que precisa ser revista, para o futebol continuar sendo apaixonante, algo de que todo mundo gosta. É preciso que isso seja colocado. Senão, principalmente no Nordeste e no Norte, nós vamos acabar, Deputado.

O senhor, que é de um Estado rico, Goiás, está vendo a situação como é para se manter. O Atlético fez um excelente campeonato 2 ou 3 anos atrás, e no ano seguinte vêm os predadores, contratam seus principais jogadores, e você não tem



dinheiro para competir. Desmancharam o time do Náutico, e o Náutico também perdeu. Os caras erraram, erraram bastante, e perderam Kieza, Souza, Rayner. E daí...

Então, essas questões têm que ser realizadas de forma nua e crua. A imprensa tem que contribuir com isso, porque, do contrário, vai ficar sempre esse vilão chamado Rede Globo de Televisão fazendo isso, acabando com o futebol brasileiro.

Nós queremos parabenizar a Comissão, que continue... Esse projeto tem que avançar e ser aprovado. Se puderem, Deputados, Srs. Parlamentares, revisem essa Lei Pelé. Essa Lei Pelé acabou também com os times de futebol.

Eu agradeço, em nome do Clube Náutico Capibaribe. Estamos à disposição, e espero que todos possam contribuir e possam ganhar com esse Projeto de Lei que ora tramita aqui na Câmara.

Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Quero agradecer ao Sr. João Ferreira.

Nós vamos passar a palavra ao representante do Avaí Futebol Clube, da nossa querida Santa Catarina — vou pedir, nesta oportunidade, que ele fale de onde se encontra —, e logo depois abriremos o debate.

Registro a presença do Danilo, torcedor do Botafogo de Ribeirão Preto, que também é o time do Sr. Presidente aqui.

O SR. AMARO LÚCIO DA SILVA - Boa tarde a todos! Sr. Presidente, Deputado Jovair, queria trazer o abraço do Avaí Futebol Clube, do nosso Presidente, Dr. João Nilson Zunino, que está afastado, neste término de mandato, por problema sério de saúde, infelizmente. E o Dr. Nilton Macedo Machado, Vice-Presidente, foi eleito agora Presidente e assume definitivamente no dia 12.

Queria cumprimentar primeiramente os autores do projeto e a Comissão por discutirem este assunto tão importante para todos os clubes brasileiros. Acho que é o momento realmente de fundamental importância para que os clubes superem as dificuldades em que todos se encontram.

Queria corroborar com todos que aqui se manifestaram. Obviamente nós concordamos com tudo o que aqui foi dito. Acho que o caminho é esse. A discussão



tem que ser feita, devemos buscar aprovar esse projeto, aperfeiçoá-lo, certamente, durante a tramitação — como o Presidente falou, outras audiências vão acontecer —, e os clubes devem estar à disposição, como nós, do Avaí, também estamos à disposição para ajudar, colaborar, motivar até os representantes de cada Estado, para que efetivamente esse projeto venha a ser aprovado. É importante.

Na questão da Timemania, tudo o que aqui foi colocado, nós vivemos isso na pele, é importante que seja revisto. Gostei principalmente sobre o que o Presidente do Botafogo da falou sobre a questão de produto, que não vingou. Poderia ser uma grande ajuda para os clubes; e pode ainda ser, se houver essa revisão.

Uma das coisas que me chamou a atenção aqui foi o que dois Presidentes, o do Botafogo e o do Santo André, falaram. Parece que esses atletas são itinerantes também nas ações trabalhistas de grande volume. Nós também estamos sofrendo com isso. Outro atleta que passou por lá também jogou uma partida, acho que não chegou a jogar uma partida inteira, e ganhou uma ação agora de 1,2 milhão de reais, sem mais recurso. E o clube está sem poder pagar, mas vai ter que pagar.

Essas questões também acho que têm que ser revistas. A questão da gestão dos clubes também, evidentemente, a lei tem que abordar. Acho que isso tem que ser a duas mãos.

No Avaí — apesar de termos perdido agora a classificação, que estava em nossas mãos, e entregamos de bandeja —, nós temos procurado, ao longo da gestão do Dr. Zunino, aperfeiçoar a gestão, a implantação da ISO 9000, e acho que é o único clube que tem em todos os processos de gestão.

Precisamos aperfeiçoar ainda a questão do futebol e dos outros esportes também. Nós temos várias modalidades, como o representante do Paraná falou. Acho que a lei vai possibilitar isso também, que esses clubes possam também contribuir para os esportes olímpicos, apoiando atletas e atividades que o clube também desenvolve.

Diante disso, eu gostaria de parabenizar todos os Srs. Deputados integrantes desta Comissão e desejar que ela realmente tenha sucesso. Que nós todos irmanados, clubes e entidades esportivas, possamos encontrar um caminho que seja a redenção do futebol brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Vicente Candido, para que possa, se evidentemente queria, fazer algum questionamento aos nossos palestrantes; e, logo depois, aos Deputados Valdivino e Romário.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, quero cumprimentar os debatedores que vieram aqui esta tarde, os Presidentes Celso, do Santo André; Giovani, do Paraná; João Ferreira, do Náutico; Gustavo, do Botafogo; e o Amaro, Diretor do Avaí.

Eu já me sinto muito contemplado nas exposições dos senhores — e falar aqui muito seria um exagero, eu estaria aqui, talvez, tirando o tempo de quem pode também contribuir com este debate —, e quero me somar a essas angústias. Acho que estamos aqui para isso. Esta Casa tem ser a caixa de ressonância dessas angústias, desse debate, do bate e rebate. Dificilmente vai haver solução para qualquer questão brasileira que não passe por aqui, principalmente se tratando de políticas para o esporte.

Está no art. 217 da Constituição Federal que é dever do Estado fomentar o esporte. Então, nós estamos aqui simplesmente cumprindo um comando constitucional.

Acho que, com essa iniciativa — sou um dos autores do Projeto, um dos colaboradores... É um projeto feito a quatro mãos, com muita ajuda de Deputados, Senadores, Ministérios, CBF, CBC, FENACLUBES —, a chance de errar é muito pequena, e ainda quando nessa questão há tanta participação.

E o debate está apenas começando, porque, agora que se formalizou o debate, começam as deliberações, a gente começa realmente a afunilar o processo. Então, estamos num momento muito ímpar.

Lamento que estejamos um pouco atrasados dentro do calendário da oportunidade que está colocada para o Brasil hoje, que é a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Mas não vamos encarar isso como uma culpa de todos nós, da sociedade brasileira, porque ainda há tempo. E se não é para a Copa do Mundo, pode repercutir melhor para as Olimpíadas. Sempre procurei discutir o esporte no Brasil, como essas duas datas são duas datas das nossas vidas. Talvez o mais importante seja o que vai ser depois da Copa do Mundo e das Olimpíadas, os



próximos 10 anos, o que a gente pode tirar proveito deste momento. O Celso — a gente conviveu mais lá em São Paulo, pela proximidade ali do ABC e pela questão partidária — sabe disso.

A Assembleia de São Paulo demorou 170 anos para discutir esporte. Com muito custo, a gente discutiu lá um fundo, que o então Governador José Serra vetou, depois criou um programa de incentivo. A Câmara de São Paulo demorou 450 anos para discutir esporte. Com muito custo, criamos lá — por sinal, é de minha autoria o fundo de esportes da capital, quando eu era Vereador — um fundo de esporte.

Esta Casa aqui, queira ou não, sempre discutiu o esporte de uma maneira ou de outra, errada ou não; procurou debater a Lei Pelé; o Estatuto do Torcedor, agora, com a Copa do Mundo; a Lei Geral da Copa. Portanto, de uma forma ou de outra, está debatendo.

Mas o Brasil precisa... E talvez seja um dos grandes legados materiais, Gustavo — você, que é professor universitário —, nessa matéria, o seguinte pensamento: nós temos cidades riquíssimas no Brasil que não investem no esporte. E não investem porque não têm dinheiro, mas porque não têm cultura de investimento. Perto de nós lá, temos Paulínia, por exemplo. Há aquelas cidades dos grandes *royalties*, das usinas, que, nem por isso, investem em esporte, apesar de terem dinheiro. Agora, se aquelas cidades encarassem o esporte educacional como uma matéria de Estado, o Botafogo ia cuidar do profissional, porque a questão amadora estaria ali contemplada no esporte escolar.

Então, acho que a nossa grande missão e tarefa é fazer com que, um dia, o esporte educacional seja uma questão de Estado; e aí entra o mercado, o profissional, os clubes privados para fazer o esporte seletivo, de rendimento e tal.

Mas eu acho que aqui não é a panaceia para todos os males do esporte. E também não é o esporte a única coisa mal administrada no mundo, como, às vezes, algum setor da imprensa tentou dizer. O Brasil está se reformulando em todas as áreas. Há 10 anos, nós tínhamos apenas 100 empresas no Estado e na Bolsa de Valores de São Paulo, hoje temos mais de 500. Essas empresas tiveram que passar por processo de transparência, de governança, de prestações de contas, com mais empresário com a caneta atrás da orelha. Assim também é no esporte, assim é na saúde, assim é na cultura, assim é em um monte de outras áreas.



Então, o que nós não podemos é deixar esse bonde passar neste momento, sob pena de a gente ser crucificado pelas próximas gerações. Acho que essa geração que está hoje na gestão público-privada tem um dever diferenciado em relação a outros momentos. Passar pela Copa do Mundo e pelas Olimpíadas e não deixar legados materiais e imateriais, nós podemos pagar muito caro por isso depois.

Portanto, eu fico por aqui; sinto-me muito contemplado. Essa é uma primeira etapa do debate. Tem que entrar televisão, tem que entrar Lei Pelé, tem que entrar um monte de outros debates. Mas vamos aqui, um por vez, para que a gente possa dar conta, pelo menos, de algumas tarefas que elegemos, neste momento, como mais prioritárias.

Parabéns! Muito obrigado pela presença do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Informo que vamos suspender a reunião daqui a pouco para votarmos matéria.

Deputado Valdivino de Oliveira...

O SR. DEPUTADO VALDIVINO DE OLIVEIRA - Presidente do Atlético Goianiense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Isso, Presidente do Atlético Goianiense, que é o maior time do Brasil, diga-se de passagem.

O SR. DEPUTADO VALDIVINO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. convidados, sofredores como eu que se metem a besta em dirigir futebol, eu estava aqui conversando com o Vicente Candido, nosso companheiro e mentor intelectual nesses temas, que, se a gente fizesse a milésima audiência ou a centésima reunião de clubes de futebol para discutir a situação do futebol brasileiro, veríamos que os problemas são os mesmos, são os recorrentes.

Eu lembro que fizemos uma reunião na CBF em fevereiro, parece-me, e os problemas colocados à mesa são os mesmos colocados aqui hoje. Fizemos uma audiência pública aqui na Câmara em junho e os problemas colocados são os mesmos. Quer dizer, todo brasileiro, a imprensa, os atletas, os clubes, as federações e nós, aqui no Congresso, sabemos do mal que padece o futebol. Alguns deles têm que ter solução urgente, não podem mais esperar 1 mês, 2 meses, 3 meses, sob pena de levar a colapso grande os clubes.



Eu li uma entrevista de um dirigente do Fluminense — não me lembro mais se o Presidente —, na *Folha de S. Paulo*, e ele dizia que a iminente queda dele para a segunda divisão decorre das penhoras de recurso na conta do Fluminense, que não pôde nem pagar salários direito aos seus atletas. Eles venderam dois atletas. Tiveram que fazer acordos com os clubes de fora para não receberem a venda; porque receberam um mandado de penhora, fruto daquelas vendas: do Wellington Nem e de outro jogador, que não puderam receber, porque se recebessem também não iam ver a cor do dinheiro.

Nós temos exemplos de muitos clubes que estão com a folha de pagamento pronta para pagar, e vem uma penhora eletrônica, que não se espera — às vezes já deram até os cheques da folha —, e rapa todo o dinheiro da conta do clube, no banco; e o clube fica famoso por dar cheques sem fundo, quando ele não deu cheque sem fundo! Ele pagou a folha com o fundo e, à noite, antes que os cheques se compensassem, o juiz buscou o dinheiro através de penhora eletrônica, a qual eu acho criminosa para as empresas, porque privilegia uma ação contra 100 funcionários, 120 funcionários, que, às vezes, deixam de receber por causa de uma penhora eletrônica, quando o processo pode ser discutido e dado garantias com muito mais segurança para a sobrevivência daquela entidade.

Mas os problemas aqui elencados são os mesmos que nós estamos falando. A Timemania foi criada para resolver os problemas financeiros e fiscais dos clubes, mas não foi o produto anunciado. Ela não caiu na graça do público, talvez pelo número elevado de times, talvez pelo número elevado de números, porque são 80 times, 80 números, e só ganha quem fizer 7. Então, talvez a dificuldade dela seja muito grande, e o apostador prefere outras loterias, outros tipos de apostas que têm, talvez, até mais facilidade. Ela acaba virando também um atrativo pequeno, porque o prêmio é pequeno, e acaba criando essa armadilha da qual não tem como sair.

O problema fiscal é o mais emergente. Temos no Brasil, talvez, dois ou três ricos do futebol. É aquilo que o dirigente do Náutico disse: que nós temos um seleto grupo de 17 clubes que recebem milhões e milhões da *TV Globo*. Talvez nesses 17 clubes, nós vamos encontrar 1 clube ou 2 clubes que não tenham pendência fiscal. Todos os outros têm. Todos os clubes que não estão no rol desses



17 têm pendências fiscais, o que os impedem, inclusive, de ter acesso a recursos para futebol amador, para esporte olímpico.

Então, o problema fiscal é emergente. Nós estávamos imaginando que pudesse ter solução em fevereiro, março, abril; mas nós já estamos em dezembro e ainda não tem solução, os clubes não têm como buscar alternativas. Agora, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional — PGFN está penhorando até recursos nas contas dos clubes. Talvez o problema fiscal seja um dos temas do qual nós temos que cuidar emergencialmente, talvez até criar uma exceção para podermos aprovar isso no máximo em 30 dias, em 40 dias. Afinal, os clubes não dão mais conta de conviver com essa ameaça da PGFN; com essa ameaça de, não tendo certidão, não terem acesso a recursos que poderiam alavancar o seu desenvolvimento.

Falamos aqui também muito — já falei, inclusive, com o Vicente Candido, com o Jovair Arantes e com todos aqueles com os quais discutimos futebol — que nós temos de mudar a Lei Pelé. É impossível! Eu até apresentei duas emendas a uma medida provisória aqui — que não foi votada, e ela caducou —, para a gente resolver a questão da lei penal!

Hoje, quando se vai começar uma competição, tem uma determinada receita; quando se vai contratar um jogador, deve-se ter a certeza de que vai continuar com ele no contrato longo. Vai-se pagar todo aquele contrato. Se ele for bem e tiver um contrato longo, ele começa a fazer pressão para que se aumente o salário dele; se ele for mal, e tiver que acertar o seu contrato, só pagando o contrato todo. Nunca vi isso!

Nenhum trabalhador brasileiro tem 60 meses de aviso prévio; nenhum trabalhador brasileiro tem 48 meses de aviso prévio. Se fizer um contrato menor, para uma temporada só, no fim do ano, aqueles que sobressaíram dão “até logo” para você, vão embora para outro clube, principalmente para aquele grupo dos dezessete, que têm muita receita, que busca todos os jogadores nos clubes menores sem pagar nada àquele clube que às vezes honrou o seu salário 1 ano, 2 anos, 3 anos, e depois ele vai embora; e ainda sai falando mal do clube: “Ah! Aquele clube é pequeno, paga atrasado, não paga bicho, não paga prêmios, não paga luvas, não paga...” Ainda sai falando mal do clube País afora: “Clube bom é o São



Paulo, é o Corinthians, que, quando eu chego aqui, me dá 300 mil na mão, 500 mil na mão, me paga salário certinho, me paga bicho, me paga prêmio”, e vai pagando direito de arena, direito de imagem, vai pagando tudo que os clubes pequenos não têm como pagar. E os clubes pequenos ficam sem os atletas e não têm a quem recorrer.

Então, sobre verba de televisão, todas as reuniões que nós temos aqui sobre futebol, nós falamos: *“Gente, temos que criar o fair-play financeiro”*. Mas não existe *fair-play* financeiro sem garantia de receita. E a garantia de receita está na regulamentação da distribuição do dinheiro de televisão... Na regulamentação da distribuição do dinheiro de televisão, e todas essas formas. Porque, se o clube vai viver de renda, que é uma coisa que você não tem certeza... Se o time não for bem, não tem renda nenhuma; se for bem e tiver uma renda mais ou menos, fica tudo no borderô e no bicho. Quer dizer, você não pode contar com renda de estádio para administrar o clube. Porque se o clube for bem, tem que pagar bicho alto; se o clube for mal, não tem torcedor no campo, não tem renda, e aí acaba gerando um círculo vicioso, uma armadilha. Eu que sou professor de macroeconomia costumo dizer que é uma armadilha da liquidez que se coloca frente aos clubes. O clube vive uma armadilha de liquidez imposta pela situação criada por jogadores, empresários, Lei Pelé, cláusula penal, justiça trabalhista, penhora eletrônica e uma série de coisas com as quais você não gostaria de conviver.

Seria muito bom para nós presidentes todo dia 5 assinar a folha de pagamento, assinar os cheques dos impostos, pagar os fornecedores no momento em que vencem as contas. Seria muito bom fazer futebol se nós tivéssemos a garantia de que aquilo que nós planejamos ter como receita se realizasse e nós pudéssemos cumprir todos os compromissos.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que se nós fizermos mais audiências públicas vamos debater os mesmos problemas: Timemania, problema fiscal, disparidade de orçamento, Lei Pelé com cláusula penal, com empresários dominando o mundo do futebol, penhora eletrônica da Justiça do Trabalho, verba de televisão. Esses são os temas. Se nós resolvermos isso, o futebol brasileiro caminha para ser novamente o melhor do mundo. Já fomos o melhor do mundo. Hoje, nós temos um grande produto lá fora, que são os nossos jogadores, mas os clubes aqui,



quebrados, falidos, e o futebol nosso não vai à frente. Estava assistindo a um jogo lá no Rio Grande do Sul, o locutor falava assim: temos muitos atletas, mas poucos craques, poucos jogadores. Será que é isso que nós queremos para o futebol brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado Romário.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Boa tarde, Presidente, Deputadas e Deputados, todos os presentes! Eu quero agradecer a presença dos senhores representantes dos clubes aqui nesta audiência. Com certeza, enriquecem bastante esta nossa primeira etapa desta Comissão.

Eu acredito, como todos aqui já sabemos, que todos esses problemas mencionados aqui pelos senhores existem há anos. Definitivamente, se não for tomada uma decisão, se não se renovar uma lei ou se não se elaborar uma nova lei diretamente direcionada para esses assuntos, nada vai mudar. Essa é a verdade.

Eu gostaria de dizer aos senhores que sou totalmente contra — e depois vou explicar — essa anistia de 90% da dívida, porque eu acredito que quem contraiu essa dívida, hoje, não foram os senhores, mas alguém contraiu no passado. Essa dívida, na minha opinião, tem que ser paga, e como ela tem que ser paga? O PROFORTE é um projeto que visa dar uma possibilidade aos clubes devedores, ou seja, 99,9% dos clubes tanto da Série A até os sem Séries, uma possibilidade de eles, definitivamente, sanarem 100% no que se refere às suas dívidas de INSS, FGTS, imposto de renda e, talvez, algumas dívidas trabalhistas.

Eu ouvi aqui muitos dos senhores, mas uma coisa que eu não vi foi alguns dos senhores entrarem no tema principal do nosso Projeto de Lei, que diz o seguinte: *“Cria o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos — PROFORTE; altera a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que dispõe sobre o concurso de prognóstico denominado Timemania; autoriza a Caixa Econômica Federal a executar e a explorar os serviços de loteria federal sob a modalidade instantânea; altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; e dá outras providências”*.

Aí a gente vai ao art. 1º: *“Esta lei institui o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos”*. Vou parar por aqui. Ninguém aqui enfatizou esse detalhe que,



na minha opinião — na minha humilde opinião —, é o objetivo maior dessa lei, depois, claro, de resolver o problema da dívida de todos.

Eu acredito que os clubes hoje estão como se encontram por más gestões do passado, por incompetência, por falta de honestidade e, com certeza também, junto com a falta de honestidade, desvio de verbas que teriam que ser para um fim, para um meio, e acabam sendo desviadas para uma outra situação. Mesmo não sendo Presidente, diretor, ou fazendo parte de conselho ou de algum tipo de diretoria, a gente sabe que no futebol, infelizmente, é assim: muitos usam do seu determinado poder naquele determinado clube, naquele momento, para se enriquecer ilicitamente e, muitas vezes, ele não está nem aí para o seu clube. E, na verdade, muitos desses diretores ou presidentes, eu tenho certeza, não têm esse clube nem como o clube do coração. Essa é a grande verdade. Eu poderia citar alguns exemplos aqui, mas vamos pular essa parte.

Eu sou bastante a favor de todo esse projeto que está aqui. Todo! Exceto o art. 12: *“É facultado o pagamento de até 90% no valor das prestações mensais...”*

Eu acredito que, a partir do momento que esta Comissão foi formada, nós podemos, junto com a ajuda dos senhores, encontrar aqui uma solução através de um órgão federal para que esse órgão, no caso, Timemania, possa ajudar definitivamente, Deputado, os clubes a pagarem sua dívida. Eu acredito que o caminho tem que ser assim.

Não adianta acontecer o que hoje acontece. A Timemania tem que repassar um valor e, na verdade, não repassa. Ou o valor que tem que ser repassado ou o que o clube espera que seja não é nada daquilo. E é muito longe do que é. Esse também é um dos motivos dos problemas que os clubes enfrentam hoje, porque muitos dos clubes entraram no REFIS, se não me engano, lá atrás, esperando uma verba da Timemania, e essa verba acabou não chegando, ou chegando bem menor do que foi acordado, inclusive dentro de lei.

Tivemos aqui uma audiência pública na Comissão de Turismo e Desporto em que praticamente todos os quatro Deputados que estão aqui presentes participaram. Existe também a possibilidade, se a Timemania não conseguir contemplar, não conseguir ajudar esses clubes, de a gente tentar, sim, de alguma forma, a própria Mega-Sena ou talvez uma outra situação.



Mas quero só finalizar dizendo que eu, particularmente, sou a favor de que os clubes resolvam os seus problemas, sou a favor de que os clubes paguem as suas dívidas. Entendo perfeitamente que muitos dos senhores, vou dizer até 80% dos senhores que hoje estão nos clubes não têm nada a ver com essa dívida de anos atrás. Volto a repetir que essa dívida foi contraída por incompetência, falta de grandes administradores, falta de uma boa administração, desonestidade, desvio de dinheiro, enriquecimento ilícito, por parte de pessoas que viveram do futebol durante esses anos. E, infelizmente, chegou-se à situação que nós estamos presenciando.

Eu gostaria só de fazer uma pergunta aos senhores, que não sei se podem me responder. É a única pergunta que eu gostaria de fazer: se os senhores sabem o real valor da dívida dos seus clubes e, desse total, identificar o que é INSS, FGTS e Imposto de Renda. Na verdade, essa é a minha pergunta.

E repito: não sou contra a que os clubes resolvam os seus problemas. Sou a favor de que os clubes paguem suas dívidas integralmente e sou a favor também de que a gente encontre aqui, nessas 40 sessões desta Comissão, dentro do projeto PROFORTE, a melhor maneira e a melhor forma para que os clubes possam realizar o pagamento dessas dívidas.

Quanto a esse Projeto de Lei, que é de autoria do Deputado Renan Filho, do Deputado Rodrigo Maia e de muitos outros que estão aqui, quero frisar, deixar bem claro que, tirando o art. 12, que, na minha humilde opinião, poderia muito bem não estar aqui, eu sou a favor de praticamente todos os outros artigos, parágrafos e incisos que estão no Projeto.

E vou além: vocês podem contar com a minha ajuda em todos os sentidos, em tudo o que legalmente puder ser feito no que se refere principalmente a encontrar órgãos ou dispositivos que ajudem os clubes a pagar suas dívidas. Vocês podem contar com uma pessoa que tem uma palavra só. É isso que eu estou falando e é isso que eu vou fazer.

Muito obrigado pela presença dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Obrigado, Deputado Romário. Eu vou começar pelo Botafogo de Ribeirão Preto, para responder a sua pergunta.

Antes, com a palavra o Deputado Valdivino.



O SR. DEPUTADO VALDIVINO DE OLIVEIRA - Eu só queria fazer um adendo, aproveitando até uma deixa do Deputado Romário.

O Deputado Romário foi um dos maiores atletas de futebol que o Brasil teve. Passou por grandes clubes do futebol mundial: Barcelona, Vasco, Flamengo e muitos outros grandes clubes.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - América, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - América, também. E vai terminar a carreira lá no Atlético Goianiense. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO VALDIVINO DE OLIVEIRA - Mas nós estamos falando de um futebol, Deputado Romário, onde, dos cerca de 500 clubes do futebol brasileiro — que não são Vasco, Flamengo, Botafogo, Fluminense —, dos outros 483 clubes aproximadamente, para o cidadão ser dirigente, primeiro tem que levar o talão de cheques. Chegando o final do mês, os dirigentes é que pagam a folha de pagamento, porque os clubes não têm receita.

Então, pode até ser que os clubes devam hoje porque houve corrupção, mas lá naqueles clubes maiores. Em 95%, 96% dos clubes brasileiros, você pergunta: *“Quem é o Presidente do Vila Nova? Quem é o Presidente do Goiás?”* Geralmente, a credencial é se ele tem condições financeiras para, no final do mês, ajudar a pagar a folha de pagamento.

Eu fui dirigente de futebol numa época em que se fechava a folha de pagamento e você saia catando 5 mil, 10 mil, 15 mil de cada um dos conselheiros para pagá-la. Portanto, esses clubes mal davam conta de pagar a folha líquida, e aí acumularam dívidas. Com o FGTS, não, porque a Justiça do Trabalho penhora a receita, mas acumularam dívidas com o INSS, com o Imposto de Renda, porque a coleta que eles faziam mal dava para pagar a folha líquida.

Então, eu vejo o futebol desses 95%, 96% dos clubes, cujos dirigentes têm que ter esta credencial: talão de cheques na frente; senão não pode ser dirigente de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vamos ouvir o Botafogo.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Pois não, Deputado Romário.



O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Nobre Deputado, primeiramente eu quero dizer o seguinte a V.Exa.: repito, eu não estou dizendo aqui que a gente não tenha que ajudar esses clubes. A gente tem que ajudar, e muito, esses clubes. Por isso, coloquei-me aqui à disposição para fazer o máximo possível para que tudo que esteja dentro da lei antiga, e principalmente da nova, do PROFORTE, passe a ser cumprido.

Agora, por exemplo, existem alguns clubes que terão eleições para a Presidência este ano. O Brasil todo sabe que existe a possibilidade, através da lei do PROFORTE, de os clubes terem a anistia, a isenção de pagamento dessa dívida. E V.Exa. há de concordar comigo. Por exemplo, eu sempre tive vontade de ser presidente de um clube, mas nunca tive coragem, porque o clube tem um determinado valor de dívida. Mas, a partir de agora, vou passar a ter coragem, porque eu vou chegar ao clube e, da dívida de 1 milhão, o clube vai pagar só 100 mil.

Estou dando um exemplo bem simples: aqueles clubes que teriam um ou dois candidatos para a sua presidência, especificamente neste ano, com certeza terão mais de 20. É claro que esses novos vão ter a responsabilidade, que todos nós sabemos — se tudo der certo, e acredito que vá dar, aqui com o PROFORTE — que podem entender que vão entrar num clube sem nenhum tipo de dívida. Quando eu falo que tudo vai dar certo é menos a anistia.

Então, eu vejo que, para assumir um clube, independente de ser um clube do tamanho de um Flamengo ou de um Corinthians, a pessoa tem de entender que terá que ter responsabilidade com aquele clube, com os torcedores daquele clube e com o patrimônio daquele clube. Se eu entro num clube pensando que eu vou ter que assinar o meu cheque para ser presidente daquele clube, eu, particularmente, respeito a opinião e a atitude de todos, mas não entraria.

O problema do futebol hoje é exatamente este: muitas das pessoas que assumiram responsabilidades sabiam exatamente das responsabilidades que estavam assumindo e foram contraindo dívida e dívida em cima daquela dívida. Acredito também, Deputado, que pouquíssimos, raros presidentes de clube não tenham diretamente culpa por dívidas que existem em determinados clubes, mesmo do passado.



Então, só para finalizar, sou a favor de que os clubes resolvam seus problemas, sou a favor de que os clubes paguem suas contas, suas dívidas, só não sou a favor da chamada isenção ou anistia. E para isso estarei aqui disposto a brigar, no bom sentido, para que a gente encontre o melhor dispositivo ou a melhor forma possível para a entidade ou para o órgão como, por exemplo, a Timemania, ou, quem sabe, pode vir a ser a Mega-Sena, para ajudar no pagamento dessas dívidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado Romário, inclusive nós já pedimos até para que não seja colocado como anistia. Acho que é importante isso. Acho que nós não temos que dar anistia a clube de futebol. Nós temos de criar condições — da mesma maneira que recentemente foram criadas, por exemplo, para a Prefeitura de São Paulo, para que seja aplicado o indexador possível —, para que os clubes possam honrar suas dívidas de acordo com esse indexador. Acho que vai na direção do que V.Exa. está colocando.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Acho que isso é mais, vamos dizer, republicano e, do ponto de vista social, mais importante para a Nação.

Com a palavra o Sr. Gustavo Assed, Presidente do Botafogo de Ribeirão.

O SR. GUSTAVO ASSED FERREIRA - Primeiramente, Deputado, o perfil da dívida do Botafogo é um pouco distinto. Essa discussão fiscal é importante para o clube, mas não é o ponto fulcral para o clube. Por quê? O Botafogo tem uma dívida trabalhista consolidada — que o nosso Presidente do Santo André, Celso Luiz, já citou —, que hoje não chega mais a 1 milhão de reais, porque vem sendo paga todo mês, religiosamente — é o chamado unificado trabalhista. A dívida ainda corre, mas é pequena.

Temos uma dívida cível, salvo um processo movido por um clube de Santa Catarina, que nos causa uma certa dor de cabeça. Para o senhor ter uma ideia, o presidente do clube de Santa Catarina simplesmente circulou uma promissória, emitida por um presidente do Botafogo em 1995, para garantia de um atleta emprestado, antes da Lei Pelé. Nota promissória circula, é título não causal, circula, não precisa ter causa. E isso nos gerou um passivo 10 vezes maior do que em 2012. Ficamos sabendo disso no final do Campeonato Paulista do ano passado. É uma



dívida contraída de maneira fraudulenta. Mas, tudo bem. Tirando esse problema que está sendo resolvido, o Clube não tem grandes dívidas, em geral.

A dívida fiscal do Clube gira em torno de 8 milhões de reais. É uma dívida grande, mas o nosso maior problema foi uma aventura de gestão no final da década de 90, quando o Botafogo estava na série A do Campeonato brasileiro.

V.Exa. jogou pelo Flamengo em Ribeirão Preto e ganhou da gente, obviamente. Por sinal jogou bem, infelizmente, naquele jogo de 3 a 1. *(Risos.)* Ajudou a causar a dívida, tirando-nos público do estádio; é o responsável.

Quando essa “aventura espacial” acabou, deixou-nos um passivo de 10 milhões de reais. Esse passivo de 10 milhões de reais da aventura de cogestão do Botafogo se transformou em mais ou menos 60 milhões reais no ano de 2013, mais honorários advocatícios de 10%.

O Botafogo tinha um problema grave com um terreno de trinta e tantos mil metros, muito grande, numa área hipernobre da cidade, anexo ao estádio. Havia uma questão de verticalização: a gente não sabia se aquela área era verticalizável ou não. Agora, para nossa felicidade, a Câmara Municipal e a Prefeitura Municipal resolveram esse problema, declararam a verticalização da área. Nós podemos criar ali um projeto mobiliário que praticamente quintuplica a nossa capacidade, os ativos do Clube e faz com que essa dívida seja negociável, porque não adianta eu chegar para você e dizer: *“Eu te devo 60 milhões e quero pagar 20 milhões”*. A pessoa olha para você e fala: *“Então, paga filho”*. Aí você diz: *“Qualquer dia desses eu volto aqui para te pagar”*. Não é assim que se negocia. Você negocia tendo condição de efetuar o pagamento. Não pode ser promessa de pagamento, quando você está numa mesa de negociação. Graças a Deus, o Botafogo vem superando essa questão hoje. Para nossa sorte, o problema fiscal é um problema a mais. O problema maior é o dessa dívida que — eu tenho fé, e tenho negociações nesse sentido — vai ser bastante reduzida. O Botafogo vai sair dessa situação.

Deputado, agora, em relação à questão da Lei Pelé, e ao que foi dito aqui, que leva a gente até o projeto de lei e à questão da anistia. A Lei Pelé fez parte da década legislativa brasileira perdida. Ela fez parte de um momento em que houve uma operação de desmanche do Estado brasileiro. A década de 90, sim, anistiou bancos, anistiou operações fraudulentas. A década de 90, sim, a década perdida do



Estado brasileiro, gerou esse tipo de situação que aqui a gente quer evitar e que, em boa hora, os senhores discutem como evitar.

Há 10 anos, o Estado brasileiro busca um recomeço. Este País, mais especificamente há 11 anos, busca um caminho de volta para o seu destino manifesto, que é um digno processo de desenvolvimento nacional. Eu acho que esse momento chegou ao futebol. Ele começou, na verdade, em 2011, com a Lei 12.395, que reformou a Lei Pelé. A reforma da Lei Pelé, é bem verdade, já tirou um pouco o grilhão dos clubes brasileiros em relação aos empresários, porque reformou o modo de categoria de base.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Um pouco.

O SR. GUSTAVO ASSED FERREIRA - É melhorou, ela deu uma diminuída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Tem que avançar mais.

O SR. GUSTAVO ASSED FERREIRA - A maneira como ela foi colocada, em 1998, fez parte de um projeto de privatização do Estado brasileiro e de sucateamento do nosso patrimônio público, do nosso patrimônio histórico cultural e que, graças a Deus, foi superado a partir da eleição de 2002. Mas esse é um caminho. E, nesse caminho, eu acho que a Lei de 2011 novamente faz com que investir em categoria de base seja algo útil, seja algo bom. E melhora um pouquinho. O senhor tem razão quando menciona a questão do contrato por prazo determinado, a relação entre entidade de prática desportiva e atleta, tirando um pouco o empresário, à luz do art. 17 ou 18 — agora me foge o número correto do artigo —, a relação do empresário, do agente, para com o atleta. Mas mantém uma situação que é grave e que é ética.

O que acontece no futebol brasileiro hoje não é mais tão baseado em lei. Há muitos dirigentes que são reféns de empresários, no sentido econômico. Para quem estuda economia aqui, é um pouquinho a Teoria da Captura, de Posner: o empresário captura o dirigente do clube. E isso é um perigo, porque quando falamos de clube falamos da paixão da pessoa.

Eu nasci botafoguense. Eu vou ao Botafogo desde 1 ano de idade. Minha mãe vai ao Botafogo desde 1954, levada pelo meu avô materno. Meu pai, desde que começou a namorar com ela, em 63, foi obrigado a ir ao campo de futebol —



obrigado obviamente, porque não mandamos nada, não é, os senhores sabem disso.

Assim, lida-se com a paixão. Se você não é conselheiro, se você não é dirigente não tem a menor ideia do que acontece no seu clube. Você vai lá torcer e o seu presidente é o que menos manda, quem manda é o empresário. E manda porque supre economicamente. Esse é um problema sério.

Esse projeto de lei, Deputado, não prevê uma anistia. Os 90% não significam anistia. Os 90% significam contrapartida. Não há como investir, Deputado...

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Muitas das contrapartidas que estão nesse Projeto já existem.

O SR. GUSTAVO ASSED FERREIRA - Existem, mas não são claras como aqui. Deputado, esses 90% significam, talvez, um apoio ao Município brasileiro para levar o esporte, o esporte olímpico à periferia.

É verdade, como disse o Deputado Vicente Candido, que o esporte olímpico brasileiro é, como todo esporte, dever do Estado nos seus três níveis, federal, estadual e municipal, e que é no nível municipal que a execução acontece. Só que nós todos conhecemos o problema do Município no Brasil, o problema da repartição de receitas no Município brasileiro. Esse é um problema do Estado Federal brasileiro que nós vamos ter que discutir a partir desta Casa, a partir do Congresso Nacional.

Mas, até que isso aconteça, os clubes podem ser um difusor importante, uma maximização de oportunidades para que o jovem da nossa periferia possa, dentro desses clubes, com o clube tendo o incentivo para isso, ter um projeto olímpico sério. O esporte pode mudar vidas, o senhor sabe disso. O esporte pode mudar uma vida.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Pode, não. Muda!

O SR. GUSTAVO ASSED FERREIRA - Muda. De fato, muda. A pessoa que nasce na periferia das grandes cidades brasileiras, nos rincões do nosso País, tem hoje uma capacidade de liberdade de escolha muito pequena. Ela pode ser muito pouca coisa, e o esporte pode ser algo a mais para ela. E é algo a mais.

Mas o senhor tem razão. Nós vamos criar uma lei dessa e, de repente, nós vamos ter dirigentes ainda mais corruptos se candidatando. Só que nós não podemos criar legislação para o corrupto. A legislação é feita para o sério, ela é feita



para quem pretende respeitar a lei. Aquele que desrespeitar a lei deve, sim, sofrer as sanções devidas. E a responsabilidade fiscal está aí para isso. Por isso, faço a defesa do projeto da maneira como está. A responsabilidade fiscal está aí para que esse sujeito que pretende descumprir a lei não saia candidato nas próximas eleições.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Eu concordo com todas as palavras que foram ditas pelo senhor. Ocorre que, simplesmente, vou repetir: nós temos que pagar nossas dívidas. Nós, desta Comissão, temos a obrigação de arrumar uma forma melhor, legal e que seja interessante para todos os clubes.

Na minha opinião, essa anistia, ou essa troca desses 90%, não é positiva. Não estou dizendo com isso que não tenhamos que ajudar os clubes. Nós vamos ajudar. Eu estou me colocando aqui à disposição para ajudar. Mas ajudar como? Fazendo com que os clubes recebam aquilo que tem que ser recebido por parte dos órgãos federais e, com isso, conseqüentemente, automaticamente, façam os seus REFIS, façam as suas parcelas e paguem suas dívidas.

O SR. GUSTAVO ASSED FERREIRA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite, só para fazer uma pergunta ao Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Só para concluir, porque nós temos que ouvir o outro orador e ainda temos que votar os requerimentos.

O SR. GUSTAVO ASSED FERREIRA - Rapidamente. Deputado, nós temos problemas financeiros seríssimos para cumprir os nossos compromissos do dia a dia. Sem esse incentivo, como vamos poder investir em esporte olímpico?

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - O incentivo virá com a Timemania, com a Mega-Sena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O objetivo claro dessas audiências públicas é este: nós vamos achar o caminho aqui. Pode ficar tranquilo.

Vamos ouvir o Diretor do Paraná Clube, que também vai, rapidamente, falar sobre a dívida. Eu quero pedir um pouco de celeridade, porque nós ainda temos que votar requerimentos.

O SR. GIOVANI LINKE - Vamos lá, rapidamente. Respondendo às perguntas dos Srs. Deputados, o Paraná Clube é um clube que nasceu gigante, em 1989. Nasceu gigante por quê? Porque ele tinha o maior patrimônio de um clube



socioesportivo da Região Sul do Brasil. O Paraná tinha um patrimônio, à época, avaliado em 50 milhões de dólares. Esse patrimônio era fruto da união do Pinheiros com o Colorado: um tinha torcida, o outro tinha muitos imóveis. Juntaram as duas coisas, formaram o Paraná.

O Paraná, na década de 90, simplesmente ganhou praticamente tudo o que disputou, no âmbito regional, e acabou alavancando o Atlético e o Coritiba, que hoje estão na elite do futebol brasileiro. Foi o Paraná que os puxou, porque eles estavam numa situação drástica no futebol nacional. Um disputava a segunda divisão, o outro estava prestes a fechar as portas, quando o Paraná subiu para a Série A, em 1992. Ele ficou durante 15 anos ininterruptos na Série A e tinha capital de giro para se sustentar, para se manter.

Mas o que aconteceu? Quando mudou a lei, alguns ex-dirigentes do Paraná aproveitaram-se dessa mudança de lei e acabaram detonando todo esse patrimônio. O Paraná, há 4 anos, fez uma auditoria e descobriu que tinha cerca de 45 milhões em dívidas acumuladas. Então, como é que um clube que nasce com 50 milhões de dólares de patrimônio, em 1989, chega a 2009, 20 anos depois, com 45 milhões em dívidas? Isso é inadmissível, isso é má gestão.

Houve, sim, fraude. Nós, paranistas, estamos buscando saber o que aconteceu, quem foram os responsáveis. Estamos processando ex-dirigentes, estamos correndo atrás disso, porque não podemos admitir que tenham feito o que fizeram. Como bem falou o nosso representante aqui, isso mexe com a nossa paixão. Para nós, essa instituição chega a ser sagrada. E houve pessoas de má índole que se aproveitaram do poder, como disse o Deputado Romário, que, muitas vezes, nem têm vínculo com aquela instituição e acabam fazendo suas maracutaias, seus trâmites, tudo o mais, para poder tirar vantagem disso.

Hoje, respondendo a pergunta dos senhores, o Paraná teve que leiloar um terreno, a Subsede Tarumã, avaliada em 22 milhões de reais. Nós conseguimos, com o leilão, cerca de 30 milhões. Esses 30 milhões serviram para que pagássemos duas grandes ações trabalhistas e, além disso, conseguimos quitar mais de 200 pequenas ações de 5 mil reais, 10 mil reais, 15 mil reais e até de 20 mil reais.

Além disso, conseguimos também as certidões negativas de débito, necessárias para o patrocínio de estatais, como a Caixa Econômica Federal, que



está patrocinando uma série de clubes brasileiros. O Paraná tem interesse nisso, está buscando esse patrocínio. Então, representantes da Caixa estiveram reunidos com o Paraná, que nos disseram: “*Vocês precisam das CNDs*”. Para conseguir as CNDs é preciso cumprir uma série de recursos legais, inclusive muitos dos que os senhores estão questionando. Então, o Paraná correu atrás e tem isso hoje.

Ocorre que a situação financeira do Paraná é delicada. O Paraná não é um clube só de futebol. É muito mais do que isso. Ele tem esportes olímpicos, ele tem mais de 300 atletas de outras modalidades — futsal, handebol, vôlei, atletismo, natação, equipe de corrida, enfim. Esses atletas precisam de recurso, precisam ter uma bolsa, ter um retorno, ter uma contrapartida. Como é que se vai produzir principalmente o atleta individual? O atleta individual no Brasil é muito pouco valorizado. No esporte coletivo... O basquete até tem uma liga, que está começando a se organizar. O vôlei, beleza: no interior de São Paulo tem força, há pequenos focos regionais. O futebol é o carro-chefe do País. Mas e os outros esportes? E os esportes individuais olímpicos? Nós vemos, às vezes, países minúsculos, países que não chegam a ter 1 milhão de habitantes que ganham mais medalhas que o Brasil. Como é admissível uma coisa dessa?

Então, só para concluir, para responder essas perguntas, hoje o Paraná tem as suas dívidas administradas. Estamos com auditorias independentes para poder quitar e sanar o clube. A nossa intenção é, nos próximos anos... O Rubens, a quem estou representando aqui, foi reeleito agora presidente do clube e tem mais 2 anos de mandato. Esperamos, sinceramente, ainda em 2014, anunciar que nós não temos mais dívida nenhuma, que temos condição de seguir com as próprias pernas.

Por isso, eu endosso o discurso do Deputado Romário de que não há que se anistiar dívidas. Temos que encontrar formas para poder proporcionar a sobrevivência dos clubes. E não são os clubes da Série A e B do futebol brasileiro. São os outros 400, 500, 800 clubes que nós temos pelo País, que são de outros esportes, além de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vamos ouvir o Santo André.

É bom lembrar que são, na nossa contabilidade aqui, setecentos e oitenta e poucos clubes profissionais no Brasil.



O SR. CELSO LUIZ DE ALMEIDA - Deputado, quanto à pergunta, quando o senhor falou que a gente não falou do dinheiro, da contrapartida, do investimento... Na minha fala, eu disse que era a Pirelli de Santo André que investia no esporte.

Eu tenho uma obrigação como cidadão, na minha cidade, e não só como Presidente do Santo André: eu fui Secretário de Esporte da cidade por 10 anos e sei a dificuldade que é fazer o esporte desde lá de baixo até aqui em cima, porque a primeira coisa que qualquer Prefeitura faz é cortar a verba do esporte. Depois pode cortar a verba da cultura, mas a primeira é a do esporte, o esporte perde. Dali você vai tirar o dinheiro porque *“não dá para investir ali. O dinheiro não dá”*. Então, nós tínhamos que, na verdade, do limão fazer uma limonada, buscar parcerias para conseguir tocar o esporte.

Essa é a realidade. Nós queremos voltar. Na minha avaliação, um time de camisa como o Santo André tem muito a contribuir com o esporte olímpico na formação de atletas. Por isso, eu quis colocar essa situação que aconteceu na minha cidade. Nós perdemos o poderio do esporte olímpico no momento em que a iniciativa privada saiu fora, até por culpa dos próprios atletas, que não souberam, na verdade, preservar aquilo lá.

Quanto às dívidas do Santo André, por exemplo, para a Timemania... Quando eu fiz a confissão de dívida, inclusive sobre coisas que estávamos contestando... Para assinar uma confissão de dívidas, você é obrigado a desistir dos processos que tem contra a Receita. Até de processos sobre o imóvel que você construiu e acha que está errada a cobrança, você é obrigado a desistir. Então, a sua dívida aumenta mais. Na verdade, você confessa uma coisa que não deve. Eu confessei, na época, 3 milhões e 200 mil e tinha mais de 1 milhão de obras. Eu fiz isso para poder conseguir fazer a entrada da Timemania. O senhor sabe quanto eu devo? Eu continuo devendo 3 milhões e 200 mil ou mais. Não aconteceu nada, e vem a continha para pagar. Veio uma parte da Timemania, e o resto continuo a pagar.

Então, eu continuo devendo. O que me sobra de passivo trabalhista? Sobram 800 mil de Imposto de Renda na fonte e 1 milhão e 400 mil de INSS, porque eu também estou lá na Receita, como disse aqui no começo, fazendo o meu parcelamento. Só que eu não vou ter condições de fazer um parcelamento e pagar em 60 meses; eu não tenho receita para isso. Por isso, aqui eu vim e defendi,



porque eu acho que eu tenho condições de investir o meu dinheiro, do meu clube nesse sentido e dar contrapartida para o Governo e para as pessoas que precisam.

Então, essa é a minha realidade, Deputado. Eu queria responder, com o maior respeito, sobre o que é a nossa vida — eu estou falando pelo Santo André. Eu acho que temos que ter responsabilidade. A partir do momento que temos que fazer auditoria, acho que o Governo também, nessa lei, tem que criar mecanismos de, na verdade, fiscalizar se estamos cumprindo com aquilo que está aí — e, se não estivermos cumprindo o que está aí, corta-se. É a responsabilidade do dirigente. É isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - E o Governo também tem que cumprir com suas obrigações.

O SR. CELSO LUIZ DE ALMEIDA - Perfeitamente, não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Concedo a palavra ao representante do Clube Náutico Capibaribe — agora falei certo —, do nosso glorioso Estado de Pernambuco.

O SR. JOÃO FERREIRA CALDAS - Obrigado, Deputado. Procurando ser bem prático, objetivo, respondendo ao Deputado Romário, o Náutico deve em torno de 40 milhões, mais precisamente a dívida com o INSS. E temos um acordo na Justiça do Trabalho do Estado de Pernambuco: de tudo que o Náutico arrecada — não só o Náutico, como também o Sport e o Santa Cruz —, ele paga 20%. Tudo o que entra vai para a conta da Justiça, que tira 20% para pagar o acordo trabalhista que os três assinaram.

Com relação à sua posição, Deputado, eu acho coerente, porque, se eu pago os impostos, as obrigações, tudo bem. Agora, uma coisa bem simples, presidente Gustavo: se você não me der condições para eu saudar minha dívida com você, como eu vou pagar?

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Concordo plenamente.

O SR. JOÃO FERREIRA CALDAS - Então, é como o Deputado Jovair disse. A gente tem que procurar na discussão a luz, o caminho. Agora, se o senhor não me der condições para eu pagar — *“Você vai ter essa contrapartida para fazer isso e aquilo outro”* —, como o senhor está colocando, a Mega-Sena, alguma coisa... Se você não me der condições, eu nunca vou ficar credor com você. Se deixar dessa



forma que está aí, nós não vamos chegar a lugar algum. Então, precisamos que nos deem condições de pagar. Mas, se não nos derem condições, desculpem-me, mas vamos todos para o vinagre.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - É exatamente por isso que está sendo formada esta Comissão aqui, e essas condições estão aqui dentro. Espero que realmente a gente consiga a melhor forma possível, e o mais rápido, para que os senhores paguem as suas dívidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu queria lembrar, antes de encerrar, que nós temos alguns requerimentos para votar e queria pedir a presença dos Deputados.

Mas eu quero fazer uma consideração com relação a essa questão de confissão de dívida. Isso foi um golpe danado que foi dado nos clubes brasileiros. Até então, ninguém devia nada ou todo mundo devia tudo. Com a confissão de dívida, não se resolveram os problemas, e os clubes passaram a ser absolutamente penalizados por essa confissão de dívida.

Então, nós temos clubes que formam atletas... E, no Brasil, quem forma atletas, olímpicos ou não, são os clubes. Nos Estados Unidos, tem as universidades. É obrigada a universidade a ter um centro olímpico, a oferecer toda uma formação, a universidade lá passa por isso. No Brasil, não tem nada disso. Vemos o Ministério da Educação, todo dia, aprovar universidades e mais universidades, sem nenhum ginásio, pequeno que seja, ou uma quadra de esporte que possa ser, mas é uma universidade. É um absurdo isso que acontece no Brasil. Aí, sobra para quem? Para os clubes formarem ou clubes de futebol ou clubes como o Pinheiros, o Paraná e outros que existem pelo Brasil.

Uma coisa importante que eu estou vendo nesta Comissão é o seguinte. Ainda bem que nós temos Deus. Todo mundo fala: "*Se Deus quiser, nós vamos achar uma luz para esse problema*". E é por aí mesmo. É só Deus para dar um jeito no futebol brasileiro, com os clubes endividados, os grandes com as suas características e os pequenos com as suas.

O Deputado Valdivino falou uma coisa verdadeira. Eu conheço os clubes de Goiás todos. Nos clubes de Goiás, como, por exemplo, Rio Verde, Crac de Catalão, Anapolina, Itumbiara, Trindade, enfim, nos clubes pequenos de Goiás, o cara, para



ser Presidente, tem que ter um talão de cheques. Falam assim: “*Você vai ser Presidente? Mostra o talão de cheques*”. É do Banco do Brasil e é especial. “*Então, você pode ser.*” Se não, ele está ferrado. E ele sai dali brigado com a mulher, brigado com os filhos, brigado com toda a família e quebrado, e com fama de ladrão! Ainda carrega a fama de ladrão!

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Presidente, V.Exa. entende que isso não é o correto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não é correto. Se Deus quiser — e eu volto aqui agora à máxima que eu comecei citando —, se Deus quiser, nós temos que achar uma solução para isso. Não dá mais! O clube tem que ser absolutamente financiado, financiando-se também com o Estado. O Estado tem que ter obrigação. A Constituição diz que é obrigação do Estado fomentar o esporte no Brasil. Então, nós temos que aproveitar esta grande oportunidade que nós estamos tendo agora. Vamos ouvir “n” problemas, “n” sugestões, e achar a saída.

Nós vimos, pô — desculpem-me a expressão “pô” aqui —, mas eu vi este País dando anistia para banco, pombas! Bancos internacionais, grandes aglomerados internacionais! Agora, o futebol...

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - O que é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O que é um absurdo, fora do comum. Agora, o futebol, que é a grande paixão de todos nós, povo brasileiro... De cada dez, sete são apaixonados pelo futebol, ligados a um time de futebol, têm paixão por ele, brigam com a mulher por causa dele, brigam com os filhos por causa dele, os filhos brigam com todo mundo... Então, é essa coisa. O que nós estamos querendo aqui é que Deus nos dê oportunidade de fazer uma lei que possa ser correta.

Está presente o Deputado Otavio Leite, que é o nosso Relator, que estava presidindo uma outra Comissão. Mas aqui tem sub-relatores anotando, está sendo gravado, então V.Exa. terá acesso à queixa que foi feita.

Aqui está presente o Presidente do Santo André Futebol Clube, de São Paulo, o representante do Paraná Futebol Clube, do Estado do Paraná, o representante do Náutico Capibaribe, o representante do Botafogo de Ribeirão Preto e o Avaí Futebol Clube.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, eu queria basicamente me desculpar perante os nossos convidados, os demais colegas, mas, por um fator externo, que fugiu à minha vontade, eu estou presidindo uma reunião acalorada, bem aquecida, com o Ministro da Justiça, na Comissão de Justiça.

(Não identificado) - Acho que a agenda aqui é melhor, não é? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Para ele, que é oposição, não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - São parecidas, mas, enfim. De qualquer maneira, eu solicitei que a assessoria técnica anotasse os detalhes e o fundamental do que cada um nos apresentou com mensagens. Havíamos até discutido, na reunião anterior, que, em fevereiro, uma nova rodada com clubes das Séries B, C e D seria muito importante, bem como com o grupo de acesso, aqueles clubes que nem nelas chegaram ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado, só para a sua orientação...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Quero só pedir desculpas, mas está bem anotado. Depois, vou ter uma reunião com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Só para a sua orientação, eles trouxeram informações importantíssimas aqui de clubes que têm a mesma tradição de um Flamengo, de um Corinthians, e que precisam sobreviver. Os seus depoimentos foram muito importantes.

Deputado Vicente, nós vamos passar à votação de requerimentos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - É exatamente isso. Eu pediria que votássemos rapidamente os requerimentos — eu estou subscrevendo aqui os requerimentos do Deputado José Rocha, que teve que se ausentar — e que os palestrantes aguardassem mais 5 minutos para fazermos uma foto em conjunto, até para prestigiar as Séries B, C e D, que nem sempre têm voz e vez aqui no Parlamento. Seria uma oportunidade, também, para que pudéssemos registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k. Então, vamos começar com a aprovação de alguns requerimentos.

Requerimento nº 21, de 2013, do Deputado Deley, que *"requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. Rodrigo Caetano, Diretor Executivo de*



Futebol do Fluminense Football Club do Rio de Janeiro, e do Sr. Jose Mario de Almeida Barros, Presidente da Federação dos Treinadores de Futebol".

Em votação. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 22, de 2013, do Deputado José Rocha, torcedor do Vitória da Bahia, que "*requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. Dagoberto Fernando dos Santos, Diretor Presidente da DFS GOL Business*".

Em votação. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 23, de 2013, do Deputado José Rocha, que "*requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro — CPB*".

Em votação. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 24, de 2013, do Deputado José Rocha, que "*requer a realização de audiência pública com a presença de 2 (dois) dos 6 (seis) clubes que fazem parte da comissão formada pela CBF — Confederação Brasileira de Futebol, para discutir as formas de pagamento de suas dívidas*".

Eu acho que já foi até aprovado. É aquele requerimento em que o Coritiba...

(Não identificado) - É na próxima audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É o Coritiba que representa os seis, não é isso?

Então, este requerimento está prejudicado, está retirado de ofício, ou aprovado, sobrepondo.

(Não identificado) - É, reforça a deliberação de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Aprovado, sobrepondo.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 25, de 2013, do Deputado José Rocha, que "*requer a realização de audiência pública com o Prof. Pedro Tengrouse, da Fundação Getúlio — FGV*".



Aliás, o Dr. Pedro tem um forte conhecimento sobre essa questão e, com certeza... Eu estou até pedindo à Presidência, através de ofício, que possa nos autorizar a contratação da Fundação Getúlio Vargas para nos auxiliar no arremate desse nosso projeto.

Em votação o requerimento do Deputado José Rocha. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo nada mais a tratar, encerro esta reunião, convocando reunião ordinária e audiência pública para o dia 10 de dezembro, terça-feira, às 14h30min, com a seguinte pauta: reunião de audiência pública, onde nós vamos ouvir a CBF, o Bom Senso Futebol Clube e os representantes da Série A do Campeonato Brasileiro. Então, na terça-feira, nós ouviremos o Bom Senso Futebol Clube, representantes da Série A e representantes da CBF.

Nós estaremos, também, no dia 27 — já estou anunciando a decisão —, ouvindo jornalistas e repórteres esportivos, ou a imprensa que deseje participar desse tema, também importante, no dia 27, em uma audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.